



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM PSICOLOGIA, AVALIAÇÃO E ATENÇÃO À
SAÚDE

SAÚDE DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA

Cauê Matos do Nascimento Alves

Orientador: Prof. Dr. Roberval Passos de Oliveira

Coorientadora: Profa. Dra. Fabíola Marinho Costa

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de artigo, elaborado de acordo com as normas da revista “Saúde em Debate”.

Santo Antônio de Jesus, 15 de maio de 2021.

Saúde dos trabalhadores rurais no Brasil: uma revisão de literatura

Resumo

Este estudo objetivou caracterizar a produção científica brasileira, no período de 2015 a 2019, acerca da saúde dos trabalhadores rurais. Foram selecionados artigos contidos na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), utilizando-se o descritor “saúde do trabalhador rural”. Inicialmente, 37 pesquisas compuseram a amostra, das quais, 19 abordavam especificamente a temática. Os resultados apontaram para uma baixa produção acadêmica referente ao tema, assim como foi observada a estruturação dos dados em três categorias de análise: 1) Perfil dos trabalhadores rurais e suas condições de saúde; 2) Riscos, vulnerabilidades e cargas de trabalho; 3) Estratégias de atenção à saúde e possibilidades de intervenção. A precarização das condições de vida e trabalho no campo, a intensa exposição dos trabalhadores a riscos e cargas de trabalho, as limitações de equipes e serviços de saúde em relação às especificidades dessa população, além dos efeitos gerados pela utilização de agrotóxicos foram questões presentes nos estudos selecionados. Consideram-se importantes maiores problematizações acerca das políticas, modelos e práticas de atenção à saúde em contextos rurais, haja vista serem esses potentes instrumentos para a melhoria das condições de vida, saúde e trabalho dos trabalhadores rurais.

Palavras-chave: Saúde dos trabalhadores rurais; Atenção à saúde; População do campo; Riscos ocupacionais; Vulnerabilidades.

Abstract

This study aimed to describe the Brazilian scientific production, from 2015 to 2019, about rural workers health. Articles from the Scientific Electronic Library Online (SciELO) database were selected, using the descriptor “rural worker health”. Initially, 37 surveys made up the sample, of which 19 specifically addressed the theme. The results pointed to a low scientific production related to the theme, as well as the structuring of the data into three analysis categories were observed: 1) Profile of rural workers and their health conditions; 2) Risks, vulnerabilities and workloads; 3) Health care strategies and intervention possibilities. The precariousness of living and working conditions in the rural environment, the intense exposure of workers to risks and workloads, the limitations of health teams and services in relation to the specificities of this population, in addition to the effects generated by the use of pesticides were issues present in the selected studies. Major problematizations about health

care policies, models and practices in rural contexts are considered important due these are powerful instruments for improving the living conditions, health and work of rural workers.

Keywords: Rural workers' health; Health care; Rural population; Occupational risks; Vulnerabilities.

Introdução

Os trabalhadores rurais são importantes no contexto histórico e econômico, pois suas atividades contribuem com o desenvolvimento do país, apesar de todo processo de industrialização e da precariedade das condições de trabalho¹. De modo geral, esses trabalhadores apresentam baixa escolaridade e baixos rendimentos financeiros, dificuldades de ter acesso a bens e serviços sociais e ao comércio². Estima-se que exista no Brasil cerca de 30 milhões de trabalhadores rurais, o que significa aproximadamente 20% da população economicamente ativa³.

Além disso, esses trabalhadores têm dificuldade em acessar serviços de saúde especializados⁴, o que se constitui um importante problema de Saúde Pública, em vista das constantes exposições a riscos e agravos causados por essa atividade laboral, como: intoxicação; acidentes; ruídos; agentes infecciosos e parasitários⁵. Assim, esse contexto de trabalho pode ocasionar uma série de morbidades e agravos que vão desde dores localizadas (lombares, torácicas e etc.) a manifestações psicossomáticas crônicas.

No cenário brasileiro, principalmente a partir da década de 1980, foi possível identificar o surgimento de um ‘novo meio rural’, pautado primordialmente em três pilares: produção de *commodities* e forte agronegócio; conjunto de atividades não-agrícolas; e novas atividades agropecuárias⁶, que, articuladas entre si e juntamente com outras variáveis, delimitaram novos espaços de reprodução do capital.

Essa conjuntura alicerçou-se na ‘modernização conservadora’⁷ implementada pelo Estado Brasileiro durante o período da Ditadura Militar, algo ainda vigente por meio dos maciços subsídios públicos a grandes proprietários em detrimento dos pequenos produtores⁸. Por conseguinte, alguns desdobramentos importantes foram identificados: 1) consolidação das relações técnicas entre a agricultura e as grandes indústrias, influenciadas diretamente pela ‘Revolução Verde’ – movimento que propunha o aumento substancial da produtividade agrícola a partir da expansão no uso de agroquímicos e mecanização do trabalho; 2) enfraquecimento das questões relativas à população rural, sobretudo a estruturação de uma reforma agrária; 3) insuficiente articulação nas redes de promoção e proteção à saúde do

trabalhador, ocasionando uma qualificação ainda pouco apropriada por parte das equipes de saúde ao lidar com os agravos relacionados ao trabalho, em específicos os derivados por agrotóxicos^{5,8}.

Martins e Ferreira⁹ reiteram a exposição dos trabalhadores rurais a riscos ocupacionais, destacando a exigência de grandes esforços físicos no desempenho das atividades. Ademais, esses trabalhadores vivem, em geral, um intenso processo de desproteção social, pois, muitas vezes, exercem atividades laborais na informalidade e em condições precárias de moradia e trabalho¹⁰. Sendo assim, jornadas exaustivas de trabalho, carregamento de peso excessivo, posturas inadequadas e outras características ergonômicas acarretam-lhes o surgimento de distúrbios osteomusculares, principalmente problemas de coluna lombar¹¹. Muitas destas doenças levam ao afastamento das atividades de trabalho, sendo alguns trabalhadores encaminhados ao Programa de Reabilitação Profissional (PRP) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

É possível afirmar que existem grandes deficiências na garantia e fiscalização dos direitos das populações rurais às condições de trabalho, saúde e ambiente dignas, estando estas intimamente ligadas à prevalência de Transtornos Mentais Comuns nestes espaços¹². Menegat e Fontana¹ chamam a atenção para a necessidade de políticas públicas de promoção da saúde dos trabalhadores rurais, visto que eles estão expostos e vulnerabilizados ao adoecimento por condições inadequadas de trabalho. Nessa perspectiva, as autoras argumentam que se faz necessário conhecer o ambiente rural, condições de vida, saúde e trabalho das pessoas, buscando torná-las protagonistas da produção de saúde individual, coletiva e ambiental, criando, assim, ambientes sustentáveis e saudáveis.

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura científica brasileira acerca da saúde dos trabalhadores rurais. Entende-se ser importante o desenvolvimento de pesquisas sobre essa população e suas condições de saúde, com vistas a contribuir para a construção de políticas e práticas que norteiem a prevenção de agravos e a promoção da saúde desses trabalhadores.

Materiais e métodos

Este estudo pode ser caracterizado como uma revisão integrativa de literatura^{13,14,15}, que buscou caracterizar o estado da arte acerca da saúde do trabalhador rural. Tal escolha é justificada por ser um modelo de pesquisa eficaz na realização de sínteses de conhecimentos científicos já produzidos, procurando reunir e sumarizar os resultados de estudos sobre

determinado tema¹⁶. Dessa forma, é possível criar um panorama acessível de conteúdos relevantes para as mais diversas questões na área da saúde.

A revisão foi desenvolvida a partir dos seguintes procedimentos: identificação do tema e elaboração da questão de pesquisa; definição de critérios de inclusão e exclusão de estudos; acesso e seleção dos estudos; avaliação dos estudos a serem incluídos; leitura, análise e discussão dos resultados; apresentação da síntese do conhecimento. Foi estabelecida como questão norteadora: “qual o estado da arte da produção científica brasileira sobre a saúde dos trabalhadores rurais no período de 2015 a 2019?”.

O processo de seleção dos estudos científicos foi realizado no mês de abril de 2020, utilizando a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foram considerados elegíveis artigos científicos com texto completo disponível, redigidos em língua portuguesa, publicados no Brasil, no período entre os anos de 2015 e 2019, em periódicos indexados na citada base de dados. Utilizou-se como palavra-chave o termo ‘saúde do trabalhador rural’. Após a leitura dos artigos selecionados, foram criadas as categorias analíticas ‘Perfil dos trabalhadores rurais e suas condições de saúde’, ‘Riscos, vulnerabilidades e cargas de trabalho’ e ‘Estratégias de atenção à saúde e possibilidades de intervenção’, a partir das quais se realizou uma categorização dos artigos selecionados.

Resultados e discussão

Foram encontrados, inicialmente, 37 artigos. Em seguida, realizaram-se leituras integrais desses, sendo retirados seis artigos que abordavam questões diferentes do tema da pesquisa, dois artigos publicados em revistas científicas de outros países e foram identificadas 10 duplicações. Ao final, reuniu-se 19 produções elegíveis para análise. A seguir, serão apresentadas as discussões acerca das categorias analíticas construídas.

‘Perfil dos trabalhadores rurais e suas condições de saúde’

Nesta seção, são discutidos os estudos que abordam as características sociodemográficas e singularidades dos trabalhadores rurais, problematizando as relações desses aspectos com suas condições de saúde^{4,17,18,19,20,21,22,23}.

Diversas pesquisas de natureza quantitativa buscaram caracterizar o ‘perfil sociodemográfico, econômico e étnico-racial’ dos trabalhadores rurais^{4,17,20,22,23}. Os estudos apontaram uma distribuição equitativa entre a força de trabalho feminina e a masculina no contexto rural. Não obstante, Sena, Dourado e Antonioli²³ indicaram uma sensível diferença na distribuição e delimitação das tarefas para cada gênero. Segundo os autores, os homens

mostravam-se mais presentes nas atividades com maiores riscos à saúde – como a pulverização de agrotóxicos –, ao passo que as mulheres ficavam com incumbências relativamente menos insalubres. Porém, em muitos desses casos, a força de trabalho feminina também era utilizada, concomitantemente, para a realização de afazeres domésticos – como a lavagem de roupas contaminadas por agentes químicos junto com as vestimentas familiares – configurando, dessa forma, uma dupla jornada de trabalho.

No que concerne a essa sobrecarga de trabalho imposta às trabalhadoras do campo, Silva et al.²⁴ afirmam que a distinção social dos papéis de gênero é um fator importante na distribuição da carga laboral, visto que também é atribuída às mulheres a responsabilidade quase exclusiva do cuidado a familiares e domicílios. Esse processo de dupla jornada apresenta-se diretamente associado ao surgimento de sofrimento psíquico e à incidência de transtornos mentais comuns, como observado pelos autores entre mulheres camponesas do nordeste brasileiro.

Em relação à faixa etária, estudos^{4,19,22,20} indicaram a presença majoritária de trabalhadores rurais com idade entre 18 e 59 anos, resultados congruentes com recentes dados do IBGE²⁵. Já Sena, Dourado e Antonioli²³ registraram que algumas pessoas exerciam suas atividades no campo desde os seis anos de idade. Esse dado revela o problema do trabalho infantil nesse contexto e aponta para o momento de iniciação na atividade rural como fator importante para o surgimento de morbidades e agravos à saúde a curto, médio e longo prazo.

Consonante a essa questão, Raphaelli et al.²⁶, em pesquisa realizada com crianças e adolescentes da zona rural do Sul do Brasil, constataram que 23,6% dos entrevistados trabalhavam por nove horas ou mais, diariamente, e 56,5% exerciam atividades laborais por seis ou sete dias durante a semana, indo de encontro ao preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente²⁷. Soma-se a isso a significativa associação, encontrada pelos autores, entre o trabalho infantil e o desenvolvimento de comportamentos de riscos, que podem gerar importantes danos à saúde.

Por outro lado, Corcino et al.²² observaram uma significativa presença de idosos no trabalho rural, especialmente em cenários como o da agricultura familiar. Nesses arranjos, o fortalecimento da proteção à saúde torna-se uma questão de difícil condução, pois, se de um lado têm-se a importância das atividades dessas pessoas na subsistência dos núcleos familiares e seu domínio no manejo da agricultura, por outro há um contexto que os torna ainda mais suscetíveis a acometimentos de diversas ordens.

Levantamentos, que examinaram a renda familiar, evidenciaram a predominância de até um salário mínimo nos rendimentos dos participantes^{4,22,17}. Dentre as discussões

realizadas, Moreira et al.⁴ destacaram uma relação direta entre autopercepção da saúde e poder aquisitivo. Eles afirmaram que quanto menor a renda do trabalhador, menores são as chances de o mesmo considerar sua saúde como boa. Similar relação de percepção foi notada quando a pessoa era do sexo feminino ou alguém com idade mais avançada, indicando a existência de maiores vulnerabilidades nesses grupos.

A variável raça/cor foi pouco abordada nos estudos analisados, sendo apresentada somente em dois deles^{4,17}. Os estudos apresentaram populações diferentes em cada uma das pesquisas. Entretanto, há de se destacar a categorização da variável em ‘brancos’ e ‘não brancos’, proposta por Moreira et al.⁴, e a ausência de uma maior discussão sobre o tema por Cezar-Vaz et al.¹⁷, evidenciando a pouca problematização sobre essa importante questão na produção acadêmica sobre a saúde dos trabalhadores rurais.

Em contraponto ao observado nas pesquisas selecionadas, Araújo et al.²⁸ destacam a importância da apresentação de dados referentes à raça/cor nas produções científicas brasileiras, com especial atenção ao campo da Saúde Pública, e enfatizam a necessidade de apreensão dessa variável como um determinante social da saúde, carregado de historicidade e construções culturais, indo para além do aspecto estritamente fenotípico. Dessa forma, a inserção desse indicador torna possível a distinção das necessidades existentes em cada população, levando-se em consideração as diferenças e particularidades étnico-raciais nos territórios, assim como a formulação de políticas públicas pautadas em práticas equânimes, que reconheçam os efeitos socioeconômicos e intergeracionais do processo colonialista que estruturou sociedades como a brasileira, no direito à terra e utilização dos seus recursos pelas populações negra e indígena^{29,30}.

Quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores rurais, pesquisas apresentaram maior frequência de pessoas com o ensino fundamental incompleto ou com até oito anos de estudo^{4,17,20,22}, realidade reiterada em levantamento do IBGE²⁵. De modo geral, os autores salientam a necessidade de um olhar mais sensível com relação a essa temática, haja vista as limitações observadas, por exemplo, na leitura de rótulos de produtos químicos ou no entendimento de medidas de segurança por parte dos trabalhadores com baixa escolaridade, principalmente os analfabetos. Corcino et al.²² corroboram essa questão ao ressaltarem que os maiores percentuais de intoxicações nos agricultores entrevistados ocorreram entre os não alfabetizados.

Ao apresentar análises acerca das ‘condições de saúde’ dos trabalhadores rurais, pesquisas mensuraram algumas morbidades e acometimentos presentes no ambiente rural^{4,17,18,19,21,22,23}. Fernandes et al.¹⁹ observaram que os trabalhadores rurais diagnosticados

com transtornos de ansiedade necessitaram de um maior período de afastamento do trabalho quando comparados com os trabalhadores urbanos. Os pesquisadores argumentaram que, além das especificidades do campo, a carência de profissionais de saúde nessas localidades é uma provável causa para tal situação, porquanto se materializa um déficit na assistência a essa população e, como efeito, prolonga-se o tempo de recuperação em episódios ansiosos. Ademais, também foi exposto que o diagnóstico por transtorno misto ansioso e depressivo surgiu como fator de risco para episódios de suicídio nesse grupo populacional, principalmente quando associado a problemas de ordens física e social.

Levantamento do Centro Colaborador da Vigilância dos Agravos à Saúde do Trabalhador da Universidade Federal da Bahia/CCVISAT-UFBA³¹ sobre episódios de suicídio em grupos ocupacionais brasileiros, no período de 2007 a 2015, apontou que os maiores índices desse fenômeno estão associados aos trabalhadores da atividade agropecuária. Esse grupo teve prevalência até duas vezes maior do que a média nacional, com destaque para trabalhadores do sexo masculino. Dentre os fatores que podem influenciar esse cenário, os autores apontam a pressão por produtividade, baixa renda, instabilidade no emprego e acesso limitado à educação e aos serviços de saúde de qualidade.

Outros estudos abordaram alguns efeitos do uso de agrotóxicos na saúde humana^{17,22,23}. Dentre os problemas mais citados, destacaram-se as intoxicações, dores de cabeça, alterações dermatológicas, tontura, transtornos mentais, distúrbios circulatórios e problemas de ordem respiratória ou gástrica. Nessa direção, Sena, Dourado e Antonioli²³ constataram piores níveis de audibilidade entre os trabalhadores que utilizavam agrotóxicos em suas atividades, quando comparados aos trabalhadores que buscaram diferentes estratégias de cultivo, indicando a existência de prejuízos à audição decorrentes do uso desses agentes químicos.

Más-formações congênitas, puberdade precoce e contaminação do leite materno em puérperas, devido a exposições por agrotóxicos, foram relatadas em populações rurais brasileiras pelas dissertações de mestrado de Aguiar³² e Lima³³. Os resultados desses estudos indicam que, além da exposição oriunda de atividades laborais, a contaminação pelo ambiente também se mostrou significativa em crianças e suas famílias, demonstrando um alto nível de vulnerabilidade imposto pelo modelo produtivo do agronegócio e seu intenso uso de agrotóxicos. Os autores defendem a necessidade de medidas mais efetivas em prol da proteção dessas comunidades, pautadas, inclusive, no reconhecimento desses agravos pelos sistemas de saúde e na consolidação de novos modelos de desenvolvimento econômico.

Outro problema de saúde identificado nos estudos selecionados foi o comprometimento da função pulmonar, observado em trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar²¹. Dentre as explicações elencadas pelos pesquisadores para a ocorrência desse problema de saúde, estão a constante exposição à queima de biomassa, característica desse cultivo, e a precária ou inexistente utilização do equipamento de proteção individual específico para essa atividade. Doenças como hipertensão arterial, artrite e reumatismo também foram relacionados ao trabalho agrícola, sendo identificadas chances de desenvolvimento de câncer duas vezes maiores para tais trabalhadores quando comparados aos das atividades não agrícolas⁴.

Além disso, Giongo, Monteiro e Sobrosa¹⁸ abordaram a realidade da suinocultura e como a organização dessa atividade traz efeitos deletérios à saúde das pessoas. Os autores chamam a atenção acerca da ausência de espaços de fala para os trabalhadores e das precárias condições às quais estão submetidos, como extensas jornadas de trabalho, levando à sobrecarga, além do esgarçamento das relações com famílias e comunidades devido a constantes situações de isolamento. Nesse arranjo, as atividades rurais não se fundamentam apenas na organização do processo produtivo, mas também nas condições de vida e trabalho precárias impostas aos trabalhadores, nas violações de direitos das mais diversas ordens, nas iniquidades em saúde características do espaço rural, assim como nas ainda incipientes estratégias de proteção social para essa população¹⁸.

‘Riscos, vulnerabilidades e cargas de trabalho’

Nesse tópico, são discutidas as produções que analisaram os determinantes do processo saúde-doença mais presentes no trabalho rural^{34,35,36,37,38,39,40}.

Alguns estudos apresentaram discussões sobre as ‘cargas de trabalho’ (CT) no processo laboral e como estas afetam diretamente a saúde dos trabalhadores^{34,35,38}. Rocha et al.³⁴ enfatizaram que as cargas físicas são observadas com maior facilidade do que as psíquicas, fazendo com que haja um maior direcionamento de ações de prevenção e controle dos riscos para as primeiras. Contudo, os pesquisadores salientaram que as cargas psíquicas merecem bastante atenção, visto que podem estar condicionadas às particularidades do próprio sujeito ou ao ritmo de trabalho imposto, tendo, assim, considerável influência em possíveis episódios de acidentes de trabalho.

Sobre essas questões, Silva et al.⁴¹, em estudo com moradores assentados do nordeste brasileiro, apontaram a ausência de autonomia/segurança financeira, situações de violência, receio de perder a terra e o processo de envelhecimento como fatores disparadores de

sofrimento psíquico. Não obstante, apesar das vulnerabilidades do trabalho no campo, esse foi descrito pelos participantes da pesquisa como um recurso eficaz no enfrentamento a situações de ansiedade e nervosismo, pois estava associado, naquela realidade, às sensações de bem-estar, proteção à saúde mental e autonomia na realização de atividades.

Os ‘agrotóxicos’ foram abordados em algumas pesquisas, com destaque para os seus impactos na saúde de populações e trabalhadores^{36,37,40}. Foi pontuado que o uso dessas substâncias está relacionado ao modelo de agronegócio desenvolvido no Brasil, país identificado como um dos maiores consumidores desses compostos no mundo. Sobre os tipos de agroquímicos mais utilizados nas lavouras brasileiras, foram listados nas primeiras posições os herbicidas – com destaque para o glifosato – os fungicidas e os inseticidas^{36,37,40}. Como efeito, a exposição a esses agentes tem causado profundas preocupações em trabalhadores, famílias, comunidades e profissionais da saúde, principalmente quando relacionadas a episódios de intoxicações crônicas e agudas³⁷.

Estudo de abrangência nacional observou que homens trabalhadores do setor agropecuário, em situações de tentativa de suicídio, apresentaram as maiores taxas de óbito por intoxicação por agrotóxicos⁴². Realidade similar foi constatada por Neves et al.⁴³, em levantamento realizado no estado de Goiás, no qual os autores destacam a possível relação entre o significativo número de suicídios e os transtornos psíquicos causados pela exposição a esses agentes químicos, com destaque para os organofosforados.

Okuyama et al.⁴² afirmam ser um caminho viável para a diminuição dos riscos de morte e outros efeitos insalubres, decorrentes de intoxicações, a restrição de registros e o banimento de agrotóxicos perigosos, algo dissonante das recentes diretrizes estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária⁴⁴ na avaliação de toxicidade e autorização crescente desses compostos no mercado interno. Todavia, tais ações institucionais têm provocado consequências, inclusive, nas relações comerciais do Brasil com países da União Europeia, pois uma parcela dos produtos alimentícios direcionados à exportação tem sido barrada pelo bloco econômico devido a inconformidades na lista de agrotóxicos autorizados para cultivo em razão dos seus altos níveis de toxicidade⁴⁵.

Ainda em relação a essa questão, Rocha e Oliveira³⁷ investigaram a percepção dos trabalhadores rurais sobre a manipulação de agrotóxicos. Entre os entrevistados, 85,71% consideraram perigoso estar em contato direto com esses agentes e somente 52,38% conseguiam fazer a leitura correta dos rótulos das embalagens, fator contíguo, em alguns casos, à compra dos produtos sem a devida orientação técnica. Esses resultados indicaram

como fatores de riscos à saúde estão intimamente relacionados a aspectos sociais, que põem em foco direitos fundamentais, como a educação pública e de qualidade.

Petarli et al.⁴⁰ sinalizaram que o uso de agrotóxicos extremamente tóxicos fazia parte da rotina de 89% dos agricultores, enquanto outros 56,3% utilizavam no mínimo cinco agrotóxicos nas lavouras e 51% trabalhavam há pelo menos 20 anos com os referidos produtos. Os autores destacaram a urgência de análises mais robustas sobre os efeitos sinérgicos na saúde humana provenientes da combinação de dois ou mais agrotóxicos em aplicações no campo.

Outras produções enfocaram o uso dos ‘Equipamentos de Proteção Individual’ (EPI’s)^{37,40}. Tais estudos apresentaram índices de utilização dos EPI’s aquém do esperado em muitos contextos – seja pelo uso inadequado ou ausência de algum item –, apesar dos trabalhadores demonstrarem ter conhecimento de sua importância como instrumentos de segurança. Petarli et al.⁴⁰ afirmaram que até o processo de colocação e retirada dos equipamentos se mostrou problemático para uma parcela considerável dos trabalhadores rurais pesquisados, intensificando, dessa forma, a exposição a riscos e criando vulnerabilidades. Outra importante questão para o entendimento dessa problemática é o aspecto climático. A sobrecarga térmica, sobretudo em climas semiáridos como o da região Nordeste, gera alto grau de desconforto e dificulta a utilização dos EPI’s nas lavouras, haja vista a inconformidade da maioria dos equipamentos para uma satisfatória dispersão do calor e diminuição do estresse térmico^{38,39}.

Roscani, Maia e Monteiro³⁹ destacaram que a Norma Regulamentadora nº 15, responsável por abordar atividades e operações insalubres, preconiza a adoção de descanso no regime de trabalho contínuo, quando os limites do mesmo, estabelecido em três tipos de atividade (leve, moderado e pesado), são excedidos. Após analisarem dados da região Nordeste, os autores pontuaram que o cumprimento da norma exigiria paradas em mais de 50% do período de trabalho, sendo indicada a introdução de pausas a fim de prevenir o estresse térmico nos trabalhadores. Além disso, os autores argumentaram que proibir a vinculação de pagamentos à produtividade nas lavouras poderia ter resultados efetivos nessas situações, a fim de resultar melhorias nas condições de trabalho.

Em pesquisa realizada por Rocha et al.³⁴, a partir de dados sobre ‘acidentes de trabalho’ com trabalhadores rurais, observou-se que a maioria dos entrevistados (73,4%) afirmaram ter sofrido algum acidente durante suas atividades. Os participantes da pesquisa destacaram, principalmente, as lesões com instrumentos de trabalho, quedas e picadas de animais. Outro resultado desse estudo foi quanto aos motivos creditados pelos trabalhadores à

ocorrência de acidentes no ambiente laboral: 61,5% mencionaram a falta de atenção no desenvolvimento das atividades, 37,3% referiram o excesso de atividades paralelas, 36,7% citaram a ausência de EPI, 35,5% trouxeram como causa a sobrecarga de trabalho e 12,7% afirmaram ser a falta de conhecimento, não especificando, necessariamente, qual conhecimento seria.

Ao analisar o processo de trabalho dos sericicultores, Pinto, Murofuse e Carvalho³⁵ evidenciaram que parte dos acidentes e doenças ocorridas nesse contexto tem como causa as cargas às quais os trabalhadores estão expostos. Entretanto, os autores afirmaram que, no Brasil, os dados disponíveis não possibilitam a construção de análises mais qualificadas. Esse fato pode ser atribuído a um crônico problema de subnotificações de acidentes e agravos à saúde dos trabalhadores no país, o que dificulta o entendimento dos riscos aos quais essa população está exposta e interfere na efetividade das ações de prevenção de doenças e promoção da saúde.

Dados referentes a hospitalizações no Sistema Único de Saúde (SUS) devido a picadas de serpentes venenosas⁴⁶ colocaram os trabalhadores rurais como as principais vítimas nessas situações, contudo, apontaram para um quadro de subnotificação de registros relacionados a acidentes de trabalho por profissionais de saúde nos sistemas de informações, algo também percebido em análise produzida por Galdino, Santana e Ferrite⁴⁷. Dentre as possíveis causas para tal fenômeno, pode-se apontar a pouca investigação sobre a variável ‘atividade econômica’ no processo de anamnese e a má qualidade do registro desse campo pelos profissionais da assistência. Tal contexto prejudica a construção de um quadro epidemiológico fidedigno sobre os trabalhadores rurais, compromete a elaboração de ações de Vigilância em Saúde e não permite dimensionar o real impacto financeiro sobre, por exemplo, os custos da assistência de alta complexidade em um cenário de subfinanciamento da saúde pública brasileira.

Rocha et al.³⁴ relacionaram a prevenção de acidentes e proteção à saúde como eixos centrais nas estratégias de cuidado aos trabalhadores do campo. Para o desenvolvimento dessas práticas, os pesquisadores propuseram uma melhor interação entre as equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) e Estratégia Saúde da Família (ESF), e uma maior atenção para as peculiaridades daquela população e suas limitações no acesso a ações e serviços assistenciais.

‘Estratégias de atenção à saúde e possibilidades de intervenção’

Essa categoria aborda os estudos que discutiram as necessidades de saúde dos trabalhadores rurais e as melhorias de suas condições de trabalho a partir de intervenções, análises de aspectos normativos e da resolutividade dos serviços de saúde^{48,49,50,51}.

Apesar das diversas diretrizes e normas que orientam e respaldam as ‘práticas de atenção à saúde no âmbito do SUS’, os artigos selecionados apontam para a escassez de ações voltadas especificamente às demandas dos trabalhadores rurais em alguns níveis do sistema^{48,51}. Silva, Ferraz e Rodrigues-Junior⁴⁸ observaram que uma parcela dos profissionais da APS não considera a atividade laboral como fator determinante no processo saúde-doença dos usuários do sistema, fazendo da notificação de agravos relacionados ao trabalho (acidentes e doenças ocupacionais) uma das poucas práticas dentro do espectro da saúde do trabalhador.

Conforme salientam Silvério et al.⁵², apesar de uma das responsabilidades da APS ser a intervenção preventiva em ambientes ocupacionais e a elaboração de estratégias educativas em saúde, nem sempre os profissionais atuantes nesse nível de atenção possuem arcabouço técnico-científico suficiente para prestar uma assistência condizente à realidade dos trabalhadores rurais. Além disso, as recentes mudanças nas diretrizes, estrutura e financiamento da APS têm comprometido substancialmente a consolidação desse singular arranjo organizacional^{53,54}.

Souza, Braga e Rozemberg⁵⁵ argumentaram ser fundamental o mapeamento e compreensão da historicidade das problemáticas referentes ao trabalho, ambiente e saúde nos territórios, pois, além de abrirem espaços para novas práticas de atenção às populações, elas possibilitam a emergência de diferentes arranjos nas gestões de instâncias governamentais e auxiliam na construção de projetos intersetoriais que combatam a fragmentação das políticas da saúde. Soma-se a isso a importância do cuidado na perspectiva da clínica ampliada, do planejamento estruturado a partir dos modos de vida das famílias, da legitimação do controle social na gestão compartilhada e do contínuo apoio às ações de educação permanente como fatores basilares na garantia da efetividade na assistência à saúde em contextos rurais⁵⁶.

O estudo empírico de Pontes, Rigotto e Silva⁵¹, que utilizou como delineamento metodológico a pesquisa-ação, propôs o protagonismo dos agricultores na articulação de um projeto que focasse nas ‘necessidades de saúde no campo e promoção de melhorias nas condições de trabalho’. Algumas demandas foram trazidas pelos trabalhadores e discutidas com profissionais da APS do território, técnicos do CEREST, atores da sociedade civil organizada e representantes de uma universidade, com o intuito de articular mecanismos de proteção à saúde do trabalhador rural e potencializar o protagonismo do controle social nos

serviços de saúde. Desse diálogo, emergiram alguns direcionamentos para o aprimoramento dos cuidados prestados aos trabalhadores e melhorias em seu contexto socioambiental, dentre os quais: melhor entendimento das necessidades de saúde específicas dos trabalhadores por parte das equipes da APS; incentivo à agricultura familiar; elaboração de estratégias de prevenção de doenças e promoção da saúde que sejam orientadas pelos princípios da educação em saúde e da interdisciplinaridade; maior coesão social em prol de um projeto econômico e ambiental sustentável frente à lógica neoliberal do agronegócio, principalmente em relação aos riscos e danos causados pelos agrotóxicos.

Na esteira desse debate, aspectos normativos referentes à comercialização de agroquímicos foram abordados por Costa, Mello e Friedrich⁴⁹. Os autores expõem como alguns ingredientes ativos de agrotóxicos utilizados nas lavouras brasileiras – especialmente o glifosato – possuem alto potencial cancerígeno, o que, em tese, seria um importante argumento para a exclusão desses produtos do contexto agrícola. Todavia, diretrizes regulatórias e legislações mais restritivas ainda se mostram incipientes no contexto brasileiro. Dessa maneira, constrói-se um cenário de intensificação das vulnerabilidades socioambientais impostas à maioria dos trabalhadores rurais, fazendo-se necessários mais investimentos em serviços de saúde e melhor execução de políticas públicas já existentes.

Esse cenário vem sendo potencializado na atual conjuntura brasileira de violação de direitos humanos, flexibilização de marcos regulatórios e liberação recorde de agrotóxicos, o que incide de forma desproporcional nas populações mais vulnerabilizadas – como são os casos dos trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais – imputando a essas uma maior exposição a fatores de risco à saúde⁵⁷.

Ademais, foi ressaltada, por Neto e Dimenstein⁵⁰ a importância do território como ordenador das estratégias de cuidado, sobretudo na atenção psicossocial. Os autores trazem essa discussão na tentativa de problematizar as relações entre serviços de saúde e contexto social, argumentando ser importante fomentar saberes que contemplem a complexidade dos territórios e levem em consideração os fatores socioambientais concomitantemente aos aspectos biopsicológicos. Nesse estudo, foi destacada a constituição de redes de apoio – compostas por movimentos sociais, associações de trabalhadores, rodas de vizinhanças e entidades religiosas – como estratégia fundamental para a realização de práticas de atenção à saúde, diante da condição de vulnerabilidade presente em alguns cenários rurais.

Projeto de intervenção realizado com trabalhadores acometidos por intenso sofrimento psíquico e agravos de ordem física, descrito por Silva e Bernardo⁵⁸, teve como ponto norteador o protagonismo dessas pessoas na avaliação do seu contexto de trabalho, a fim de

permitir um melhor entendimento das problemáticas que afetam diretamente suas condições de saúde. Nesse estudo, também foi destacada a importância dos profissionais da assistência, em especial psicólogos, assumirem o papel de enfrentamento de relações produtivas desiguais, exploratórias e alienantes, devendo esses atores sociais contribuir para o fomento de práticas individuais e coletivas que sejam transformadoras, éticas, emancipatórias e estimulantes no enfrentamento de realidades onde há precarização das condições de vida e trabalho.

Somente na pesquisa de Neto e Dimenstein⁵⁰ foi destacada a relevância da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) no funcionamento do SUS. Tal constatação se faz relevante, visto ser essa uma proposta para a consolidação das estratégias de atenção à saúde da população rural, que traz novas possibilidades de cuidado a partir da valorização de práticas tradicionais e de saberes populares. Entretanto, os pesquisadores expõem que mesmo algo inovador como a PNSIPCF não trouxe significativas alterações nos princípios e práticas realizadas na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em relação às especificidades socioterritoriais e psicossociais da população do campo. Soma-se a esse ponto o fato de grande parcela dos municípios brasileiros serem caracterizados como de pequeno porte e não preencherem os requisitos mínimos para a implantação de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), circunstância que pode sobrecarregar as equipes da ESF no acompanhamento aos usuários em sofrimento psíquico e trazer impactos à qualidade da assistência ofertada a esse público.

Por fim, na exposição dos eixos estratégicos que orientam as formas de enfrentamento às desigualdades e iniquidades em saúde, a PNSIPCF⁵⁹ traz como uma das ações específicas para a promoção e vigilância à saúde dos trabalhadores a ampliação dos CEREST rurais no território nacional, com vistas ao fortalecimento e a maior capilaridade da RENAST. O aumento da oferta de serviços de saúde é um movimento de suma importância para a efetivação de diretrizes e pactuações estabelecidas por movimentos sociais, entidades civis e instâncias governamentais no processo de reparação histórica e construção de um novo panorama para a saúde do trabalhador rural brasileiro.

Considerações finais

O presente estudo de revisão buscou construir um panorama abrangente sobre a saúde dos trabalhadores rurais no Brasil, com o intuito de dar maior visibilidade às especificidades dessa população, oportunizar um aprofundamento das reflexões sobre sua relevância e

identificar possibilidades e limitações no entendimento das políticas e práticas que visem à prevenção de doenças, à promoção e ao cuidado em saúde.

De modo geral, constatou-se uma baixa produção científica sobre o tema. No entanto, os estudos descreveram uma ampla gama de experiências que podem contribuir significativamente para o entendimento de outras realidades de trabalhadores rurais. Também foi possível observar a existência de importantes discussões, algumas já consolidadas, a saber: 1) precarização das condições de vida e trabalho no campo; 2) intensa exposição dos trabalhadores a riscos e cargas de trabalho; 3) agrotóxicos como importante problema de Saúde Pública; 4) baixa proteção social e insuficiente oferta de cuidados em saúde; 5) papel fundamental da APS na assistência e promoção da saúde; 6) dificuldades e limitações da utilização de EPI; 7) subnotificação de acidentes de trabalho.

Os efeitos do uso de agrotóxicos à saúde humana e a forte influência do modelo produtivo do agronegócio nas relações de trabalho estiveram muito presentes nas produções, o que aponta para os grandes desafios na busca pela promoção da qualidade da vida e prevenção de agravos à saúde de trabalhadores e comunidades por parte de governos, organizações e profissionais. O fomento de modelos sustentáveis de produção – como, por exemplo, o preconizado pelo movimento agroecológico –, a adoção da dimensão territorial nas estratégias de cuidado e o fortalecimento dos laços comunitários pelos trabalhadores rurais foram apontados como possibilidades viáveis no enfrentamento a riscos e danos à saúde.

Importantes lacunas também foram observadas, o que indica a necessidade da realização de novas pesquisas. Nessa perspectiva, entende-se ser importante: aprofundar as análises sobre como as questões étnico-raciais impactam nas condições de saúde e organização do trabalho rural; discutir os conflitos relacionados à terra; incluir dados sobre ocupação e tipo de vínculo empregatício em prontuários de saúde; apresentar discussões sobre a subnotificação dos agravos à saúde do trabalhador rural, no intuito de se construir indicadores epidemiológicos confiáveis; analisar a articulação intersetorial dos dispositivos especializados em saúde do trabalhador nas redes de atenção à saúde; tecer avaliações sobre a efetividade de políticas e programas de saúde voltados ao trabalhador rural.

Considera-se valioso destacar a necessidade de maiores problematizações acerca da PNSIPCF e da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, haja vista serem esses potentes instrumentos no combate às iniquidades em saúde, que podem promover enfrentamentos face às narrativas de silenciamento das especificidades dos trabalhadores rurais no contexto brasileiro. Contudo, tal iniciativa só se mostrará satisfatória, a médio e longo prazo, caso haja, concomitantemente, a construção de modelos de atenção à saúde

transdisciplinares e equânimes, que subvertam a hegemonia da lógica biomédica, fragmentada e descontextualizada das realidades destes trabalhadores. Além disso, mostra-se fundamental a melhoria das condições de vida, saúde e trabalho em contextos rurais e a implementação de novas formas inclusivas e sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico garantidoras do direito à terra e seu usufruto.

Referências

1. Menegat RP, Fontana RT. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. *Cienc. Cuid. Saude*. [internet]. 2010 [acesso em 2021 maio 2]; 9(1):52-59. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/7810/5736>
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Censo demográfico populacional. Rio de Janeiro: IBGE, 2010
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). Censo Agro 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018
4. Moreira, JPL, Oliveira, BLCA, Muzi, CD, et al. Saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. *Cad. Saúde Pública* [internet]. 2015 [acesso em 2021 maio 2]; 31(8):1698-1708. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v31n8/0102-311X-csp-31-8-1698.pdf>
5. Silva JM, Novato-Silva E, Faria HP, et al. Agrotóxicos e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2005 [acesso em 2021 maio 2]; 10(4): 891-903. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n4/a13v10n4.pdf>
6. Silva JG, Grossi MD, Campanhola C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia* [internet]. 2002 [acesso em 2021 maio 2]; v. 19, n. 1, p. 37-67. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/c%20ct/article/view/8795>
7. Delgado GC. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* [internet]. 2001 [acesso em 2021 maio 2]; 15(43). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a13.pdf>
8. Rigotto RM, Carneiro FF, Marinho AMCP, et al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2012 [acesso em 2021

- maio 2]; 17(6):1533-1542. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a17.pdf>
9. Martins AJ, Ferreira NS. Ergonomia no trabalho rural. Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde [internet]. 2015 [acesso em 2021 maio 2]; 2(2):125-134. Disponível em: <http://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2015/07/A-ergonomia-no-trabalho-rural-v.2-n.2.pdf>
 10. Zavarizzi CP, Simas JMM, Santos LF, et al. Contexto rural e a reabilitação profissional em uma região do Vale do Ribeira. Saúde Debate [internet]. 2019 [acesso em 2021 maio 2]; v. 43, n. 123, p. 1057-1069. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v43n123/0103-1104-sdeb-43-123-1057.pdf>
 11. Carneiro FF, Rigotto RM, Augusto LGS, et al. Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde [internet]. Rio de Janeiro: EPSJV; 2015 [acesso em 2021 maio 2]. Disponível em: <http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>
 12. Costa MGS, Dimenstein MDB, Leite JF. Condições de vida, gênero e saúde mental entre trabalhadoras rurais assentadas. Estudos de Psicologia [internet]. 2014 [acesso em 2021 maio 2]; 19(2), 89-156. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v19n2/07.pdf>
 13. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. Texto & Contexto Enfermagem [internet]. 2019 [acesso em 2021 maio 2]; v. 28: e20170204. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v28/pt_1980-265X-tce-28-e20170204.pdf
 14. Menezes GP, Pegoraro RF. Panorama das atividades grupais desenvolvidas em Centros de Atenção Psicossocial (2006–2016). Psicologia: Ciência e Profissão [internet]. 2019 [acesso em 2021 maio 2]; v. 39, e189050, 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v39/1982-3703-pcp-39-e189050.pdf>
 15. Ruela LO, Moura CC, Gradim CVC, et al. Implementação, acesso e uso das práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde: revisão da literatura. Ciência & Saúde Coletiva [internet]. 2019 [acesso em 2021 maio 2]; v. 24, n. 11, p. 4239-4250. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n11/1413-8123-csc-24-11-4239.pdf>
 16. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein [internet]. 2010 [acesso em 2021 maio 2]; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf

17. Cezar-Vaz MR, Bonow CA, Mello MCVA, et al. Abordagem socioambiental na enfermagem: focalizando o trabalho rural e o uso de agrotóxicos. *Rev. Bras. Enferm.* [internet]. 2016 [acesso em 2021 mai 2]; 69(6):1179-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v69n6/0034-7167-reben-69-06-1179.pdf>
18. Giongo CR, Monteiro JK, Sobrosa GMR. Suinocultor: vivências de prazer e sofrimento no trabalho precário. *Psicologia & Sociedade* [internet]. 2017 [acesso em 2021 mai 2]; 29: e147648. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e147648.pdf>
19. Fernandes MA, Ribeiro HKP, Santos JDM, et al. Prevalência dos transtornos de ansiedade como causa de afastamento de trabalhadores. *Rev. Bras. Enferm.* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; 71(suppl 5):2344-51. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/reben/v71s5/pt_0034-7167-reben-71-s5-2213.pdf
20. Pohl HH, Arnold EF, Dummel KL, et al. Indicadores antropométricos e fatores de risco cardiovascular em trabalhadores rurais. *Rev. Bras. Med. Esporte* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; vol. 24, nº 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbme/v24n1/1806-9940-rbme-24-01-00064.pdf>
21. Ferreira AD, Ramos EMC, Trevisan IB, et al. Função pulmonar e depuração mucociliar nasal de cortadores de cana-de-açúcar brasileiros expostos à queima de biomassa. *Rev. Bras. Saude Ocup.* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; 43:e6. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v43/2317-6369-rbso-43-e6.pdf>
22. Corcino CO, Teles RBA, Almeida JRGS, et al. Avaliação do efeito do uso de agrotóxicos sobre a saúde de trabalhadores rurais da fruticultura irrigada. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2019 [acesso em 2021 mai 2]; 24(8):3117-3128. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n8/1413-8123-csc-24-08-3117.pdf>
23. Sena TRR, Dourado SSF, Antonioli AR. Audição em altas frequências em trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2019 [acesso em 2021 mai 2]; 24(10):3923-3932. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v24n10/1413-8123-csc-24-10-3923.pdf>
24. Silva E, Dimenstein M, Leite J, et al. Saúde mental, condições de vida e gênero: transtornos mentais comuns em assentamentos rurais. In: Dimenstein M, Leite J, Macedo JP, et al., organizadores. *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais*. São Paulo: Intermeios; 2016. p. 247-278.
25. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Brasil). *Atlas do espaço rural brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

26. Raphaelli CO, Azevedo MR Júnior, Gonçalves H, et al. Estudo transversal sobre trabalho e comportamentos de risco à saúde entre escolares de zona rural do Rio Grande do Sul, 2010. *Epidemiol. Serv. Saude* [internet]. 2020 [acesso em 2021 maio 2]; 29(3):e2019285. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ress/v29n3/2237-9622-ress-29-03-e2019285.pdf>
27. Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 13 jul 1990.
28. Araújo EM, Costa MCN, Hogan VK, et al. A utilização da variável raça/cor em saúde pública: possibilidades e limites. *Interface* [internet]. 2009 [acesso em 2021 maio 2]; v.13, n.31, p.383-94. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v13n31/a12v1331.pdf>
29. Soares AM Filho. O recorte étnico-racial nos sistemas de informações em saúde do Brasil: potencialidades para a tomada de decisão. In: Batista LE, Werneck, F. Lopes F, organizadores. *Saúde da população negra*. 2. ed. Brasília: ABPN - Associação Brasileira de Autores Negros; 2012. p. 34-61.
30. Organização Pan-Americana da Saúde. *Sociedades justas: equidade na saúde e vida com dignidade. Relatório da Comissão da Organização Pan-Americana da Saúde sobre Equidade e Desigualdades em Saúde nas Américas* [internet]. Washington, D.C.: OPAS; 2019 [acesso em 2021 abr 16]. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/51613>
31. Centro Colaborador da Vigilância aos Agravos à Saúde do Trabalhador. *Boletim epidemiológico – ocupação e suicídio no Brasil, 2007-2015* [internet]. Salvador: ISC/UFBA; 2019 [acesso em 2021 abr 17]; ed. nº 14. Disponível em: http://www.ccvisat.ufba.br/wp-content/uploads/2019/08/SUICIDIO_BOLETIM_CCVISATfinalFINAL.pdf
32. Aguiar ACP. *Más-formações congênitas, puberdade precoce e agrotóxicos: uma herança maldita do agronegócio para a Chapada do Apodi (CE)* [dissertação] [internet]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; 2017. [acesso em 2021 mai 2]. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/30896>
33. Lima IP. *Avaliação da contaminação do leite materno pelo agrotóxico glifosato em puérperas atendidas em maternidades públicas do Piauí* [dissertação] [internet]. Teresina: Universidade Federal do Piauí; 2017. [acesso em 2021 mai 2]. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1366>

34. Rocha LP, Cezar-Vaz MR, Almeida MCV, et al. Cargas de trabalho e acidentes de trabalho em ambiente rural. *Texto Contexto Enferm.* [internet]. 2015 [acesso em 2021 mai 2]; 24(2): 325-35. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v24n2/pt_0104-0707-tce-24-02-00325.pdf
35. Pinto NF, Murofuse NT, Carvalho M. Processos e cargas de trabalho e a saúde dos trabalhadores na sericicultura: uma revisão. *Rev. Bras. Saúde Ocup.* [internet]. 2015 [acesso em 2021 mai 2]; 40 (132): 237-247. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v40n132/0303-7657-rbso-40-132-237.pdf>
36. Viero CM, Camponogara S, Cezar-Vaz MR, et al. Sociedade de risco: o uso de agrotóxicos e implicações na saúde do trabalhador rural. *Esc. Anna Nery* [internet]. 2016 [acesso em 2021 mai 2]; 20(1):99-105. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v20n1/1414-8145-ean-20-01-0099.pdf>
37. Rocha TACG, Oliveira FN. Segurança e saúde do trabalho: vulnerabilidade e percepção de riscos relacionados ao uso de agroquímicos em um polo de fruticultura irrigada do Rio Grande do Norte. *Gest. Prod.* [internet]. 2016 [acesso em 2021 mai 2], São Carlos, v. 23, n. 3, p. 600-611. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/gp/v23n3/0104-530X-gp-0104-530X1219-14.pdf>
38. Leite MR, Zanetta DMT, Trevisan IB, et al. O trabalho no corte de cana-de-açúcar, riscos e efeitos na saúde: revisão da literatura. *Rev. Saúde Pública* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; 52:80. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v52/pt_0034-8910-rsp-52-87872018052000138.pdf
39. Roscani RC, Maia PA, Monteiro MI. Sobrecarga térmica em áreas rurais: a influência da intensidade do trabalho. *Rev. Bras. Saude Ocup.* [internet]. 2019 [acesso em 2021 mai 2]; 44:e14. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v44/2317-6369-rbso-44-e14.pdf>
40. Petarli GB, Cattafesta M, Luz TC, et al. Exposição ocupacional a agrotóxicos, riscos e práticas de segurança na agricultura familiar em município do estado do Espírito Santo, Brasil. *Rev. Bras. Saude Ocup.* [internet]. 2019 [acesso em 2021 mai 2]; 44:e15. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v44/2317-6369-rbso-44-e15.pdf>
41. Silva M, Dimenstein M, Leite J, et al. Condições de vida no meio rural: iniquidades sociais e saúde mental. In: Dimenstein M, Leite J, Macedo JP, et al., organizadores. *Condições de vida e saúde mental em contextos rurais.* São Paulo: Intermeios; 2016. p. 195-220.

42. Okuyama JHH, Galvão TF, Silva MT, et al. Intoxicações e fatores associados ao óbito por agrotóxicos: estudo caso controle, Brasil, 2017. Rev. Bras. Epidemiol. [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; 23: E200024. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v23/1980-5497-rbepid-23-e200024.pdf>
43. Neves PDM, Mendonça MR, Bellini M, et al. Intoxicação por agrotóxicos agrícolas no estado de Goiás, Brasil, de 2005-2015: análise dos registros nos sistemas oficiais de informação. Ciência & Saúde Coletiva [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; 25(7):2743-2754. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n7/1413-8123-csc-25-07-2743.pdf>
44. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Brasil). Resolução da Diretoria Colegiada nº 294, de 29 de julho de 2019. Dispõe sobre os critérios para avaliação e classificação toxicológica, priorização da análise e comparação da ação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira, e dá outras providências. Diário Oficial da União. 31 jul 2019.
45. Bombardi LM. Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia [internet]. São Paulo: FFLCH-USP; 2017 [acesso em 2021 mai 2]. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>
46. Centro Colaborador da Vigilância aos Agravos à Saúde do Trabalhador. Boletim epidemiológico - Custos hospitalares dos acidentes de trabalho por picadas de serpentes no Brasil, 2007-2018 [internet]. Salvador: ISC/UFBA; 2020 [acesso em 2021 abr 16]; ed. nº 17. Disponível em: <http://www.ccvisat.ufba.br/wp-content/uploads/2020/11/boletim-ofidismo-1.pdf>
47. Galdino A, Santana VS, Ferrite S. Fatores associados à qualidade de registros de acidentes de trabalho no Sistema de Informações sobre mortalidade no Brasil. Cad. Saúde Pública [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; 36(1):e00218318. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v36n1/1678-4464-csp-36-01-e00218318.pdf>
48. Silva A, Ferraz L, Rodrigues-Junior AS. Ações em saúde do trabalhador desenvolvidas na Atenção Primária no município de Chapecó, Santa Catarina. Rev. Bras. Saude Ocup. [internet]. 2016 [acesso em 2021 mai 2]; 41:e16. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v41/2317-6369-rbso-41-e16.pdf>
49. Costa VIB, Mello MSC, Friedrich K. Exposição ambiental e ocupacional a agrotóxicos e o linfoma não Hodgkin. Saúde Debate [internet]. 2017 [acesso em 2021

- mai 2]; v. 41, nº 112, p. 49-62. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n112/0103-1104-sdeb-41-112-0049.pdf>
50. Neto MCC, Dimenstein M. Cuidado psicossocial em saúde mental em contextos rurais. *Temas em Psicologia* [internet]. 2017 [acesso em 2021 mai 2]; v. 25, nº 4, 1653-1664. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tpsy/v25n4/2358-1883-tpsy-25-04-1653.pdf>
51. Pontes AGV, Rigotto RM, Silva JV. Necessidades de saúde de camponeses em conflito ambiental frente à instalação de Perímetros Irrigados. *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; 23(5):1375-1386. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n5/1413-8123-csc-23-05-1375.pdf>
52. Silvério ACP, Martins I, Nogueira DA, et al. Avaliação da atenção primária à saúde de trabalhadores rurais expostos a praguicidas. *Rev. Saude Publica* [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; 54:9. Disponível: https://www.scielo.br/pdf/rsp/v54/pt_1518-8787-rsp-54-9.pdf
53. Massuda A. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso? *Ciência & Saúde Coletiva* [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; 25(4):1181-1188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v25n4/1413-8123-csc-25-04-1181.pdf>
54. Melo EA, Mendonça MHM, Oliveira JR, et al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. *Saúde Debate* [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; v. 42, número especial 1, p. 38-51. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe1/0103-1104-sdeb-42-spe01-0038.pdf>
55. Souza KR, Braga AMCB, Rozemberg B. Formação em saúde do trabalhador e saúde ambiental: avaliação de experiência com atores locais. *Saúde Debate* [internet]. 2017 [acesso em 2021 mai 2]; v. 41, n. 114, p. 976-985. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41n114/0103-1104-sdeb-41-114-0976.pdf>
56. Dantas ACMTV, Martelli PJJ, Albuquerque PC, et al. Relatos e reflexões sobre a Atenção Primária à Saúde em assentamento da Reforma Agrária. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [internet]. 2019 [acesso em 2021 mai 2]; v. 29(2), e290211. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v29n2/0103-7331-physis-29-02-e290211.pdf>
57. Souza MMO, Gurgel AM, Fernandes GB, et al. Agrotóxicos e transgênicos: retrocessos socioambientais e avanços conservadores no governo Bolsonaro. *Revista*

da ANPEGE [internet]. 2020 [acesso em 2021 mai 2]; v. 16. nº 29, p. 319-352. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12561>

58. Silva MP, Bernardo MH. Grupo de reflexão em saúde mental relacionada ao trabalho: uma contribuição da psicologia social do trabalho. Rev. Bras. Saude Ocup. [internet]. 2018 [acesso em 2021 mai 2]; 43(supl 1):e11s. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v43s1/2317-6369-rbso-43-s1-e11s.pdf>
59. Ministério da Saúde (Brasil), Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília: MS, 2013.